

Capítulo 3

Energia Hidrelétrica: a Retórica da Energia Limpa

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Alexandre de Pádua Carrieri

Introdução

O discurso propagado sobre a geração de energia hidrelétrica, bem como as vantagens tecnológicas, os retornos econômicos e o potencial estratégico para o país, vem sendo um argumento amplamente explorado pelas companhias hidrelétricas, governos e toda uma gama de defensores da ideia de que a hidroenergia é um tipo de energia limpa. Em contrapartida, informações que vão ao encontro dessas afirmações também vêm sendo disseminadas, por parte de cientistas, ativistas e especialistas em ambiente e impactos socioambientais. O que perpassa esses discursos são ideologias, interesses econômicos e políticos. Mas é importante notar que a propagação de informações imprecisas ou superficiais é elementar para a manutenção do poder, mais especificamente do poder de falar publicamente sobre o tema.

Há muito vem se discutindo a cerca da geração de hidroenergia no Brasil. Em 1978, Magalhães fez alguns apontamentos interessantes sobre esse tipo de energia, a começar por alguns aspectos técnico-econômicos e ambientais. Para o autor, as vantagens se desdobrariam em algumas desvantagens. Se por um lado haveria o aspecto positivo no aproveitamento das regiões hidrográficas de relevo favorável cujo custo de geração seria baixo, por outro haveria o problema de que as usinas devem ser construídas junto às fontes de geração e não à carga, gerando custos de transmissão.

Além disso, Magalhães alerta que os países em desenvolvimento não teriam capital disponível suficiente para o investi-

mento exigido para a construção da usina, do reservatório, das linhas de transmissão e de toda a infraestrutura como estradas, comunicações, acampamentos provisórios, vilas de operadores e outras possíveis despesas decorrentes do empreendimento. Em suma, se o custo de produção de energia em uma usina pronta é baixo, o custo para a instalação de uma usina é extremamente alto, considerando as condições econômicas de países menos abastados. Outro aspecto negativo apontado pelo autor é a dependência das condições climáticas, pois não seria possível prever com precisão o potencial produtivo, já que há a dependência do ambiente físico, cujas alterações provocadas pela construção de usinas também provoca sérios danos sistêmicos, que devem ser sempre minimizados ou evitados.

Atualmente, o conceito de energia limpa vem sendo bastante explorado em defesa da construção de usinas hidrelétricas. No site da Eletrobrás (2015), por exemplo, encontramos a alegação de que as instalações hidrelétricas proporcionam energia, infraestrutura, estimulam a economia e melhoram a qualidade de vida da população, além de ser um tipo de energia limpa e barata, cujo tempo médio de vida dos empreendimentos pode chegar a 100 anos e beneficiar várias gerações. Entretanto, muitas pesquisas vêm demonstrando aspectos que destoam dessas afirmativas, como o fato de que muitas famílias são desalojadas e que os ecossistemas ficam completamente danificados (SUASSUNA, 2007; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013; SANTOS, 2013; DERROSSO; ICHIKAWA, 2014; MASSOLI; BORGES, 2014; PEREIRA; RIBEIRO, 2014).

Ao conceito de energia limpa é inerente o caráter renovável e alternativo, isto é, são limpos os tipos de energia que são produzidos a partir de fontes que se repetem na natureza e tendem a não impactar significativamente o ambiente. São consideradas nesse construto as energias de tipo hídrica, eólica, geotérmica, biomassa, solar e marítima. Sendo a energia solar a fonte mais abundante no planeta (MOREIRA; GIOMETTI, 2008). Interessante notar que não impactar significativamente o ambiente não parece algo intrínseco à construção de usinas hidrelétricas, por mais que se trate de exploração de fonte re-

renovável, é imprescindível que se considere os impactos ambientais. Mas é de suma importância que se leve em conta o fato de que o ambiente é complexo, composto por uma gama de sistemas, como fauna, flora e a própria humanidade. Se essa complexidade for considerada, é preciso rever o conceito de energia limpa, não o atrelando exclusivamente à física, ou seja, não é porque não polui diretamente o ambiente que um tipo de energia deve ser considerado limpo.

Sob esse argumento, considera-se necessário uma crítica aos discursos disseminados em torno da falácia da energia limpa, no tocante à instalação de hidrelétricas. Para isso, algumas pesquisas foram consideradas, bem como alguns documentos relacionados à produção desse tipo de energia. No tocante às análises realizadas, recorreu-se a abordagem de Foucault (2011) sobre o conceito de parresía. Para o autor, o termo representa o tudo dizer, o franco falar, o dizer a verdade sem mascará-la ou ornamentá-la diante das instâncias de poder. Na parresía se pode apreender a relação entre sujeito e verdade, no momento em que é proferida a palavra sobre algo. Nesse conceito, está implícito um aspecto social e político, cuja forma requer um sujeito paradigmático e disposto ao perigo que falar a verdade implica, posicionando-se frente ao tirano e colocando-se em posição delicada de defender a verdade frente àquele que não a quer ouvi-la (SQUVERER, 2013).

Para esclarecer o ponto de partida adotado, serão apresentados os argumentos sobre as vantagens da energia hidrelétrica, bem como os impactos observados por pesquisadores imersos no campo de investigação sobre a construção das usinas hidrelétricas no Brasil, não só em relação aos impactos socioambientais, mas também em torno das relações de poder que perpassam a geração de energia no país. O principal argumento é que se trata de um processo que envolve muitas variáveis, e a água, fonte renovável, não é o único elemento que deve ser considerado. A complexidade da questão está em torno de algo que é extremamente danoso ao ambiente e a uma parcela da população, geralmente a mais pobre e distante dos centros de poder. A governamentalidade que envolve esse processo

traz uma série de interesses políticos e econômicos, que ultrapassam e acobertam os danos causados por esse tipo de empreendimento, tais como as mortes de cidadãos ribeirinhos, os processos de desocupação, os desabrigados, a destruição ambiental e a corrupção – fator altamente impactante nos custos de construção das usinas que, segundo Magalhães (1978), já eram demasiado onerosos para um país em desenvolvimento, sem considerar, naquela época, o fator corrupção.

Sob esses meandros, e no intuito de promover mais debates em torno desse tema, nos deparamos com a necessidade de mais alguns esclarecimentos sobre os empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Não se trata de abordar uma verdade absoluta ou ideológica sobre o assunto, mas trazer à tona algumas possibilidades para a compreensão dos interesses imersos no jogo da geração de energia. Mais especificamente, em relação à produção de energia hidrelétrica. Ao pensar sobre a gestão desses negócios – desde os projetos iniciais até a implantação – entende-se que é necessária uma perspectiva para além dos estudos pautados na racionalidade econômica e na estratégia competitiva. Pretende-se um argumento mais profundo em torno das falácias que surgem em prol desses investimentos. Se a energia gerada é limpa, então a questão que se coloca é: para quem?

Nesse sentido, é interessante apontar que a sociedade não parece estar sendo considerada de forma ampla, e os princípios do management parecem suprimir questões sociais mais profundas, em termos de territorialidade, direito e relações de poder. Em sentido teórico pretende-se contribuir com um olhar mais profundo, crítico e, longe de estabelecer uma verdade, que possa, pelo menos, incitar mais e mais discussões. Discussões que sejam menos instrumentalistas e que permitam construir um corpus que nos possibilite reflexões profícuas. Com esse intuito, serão apresentados a seguir, alguns aspectos caros à geração de hidroenergia no Brasil.

A matriz energética brasileira e a energia hidrelétrica

Começamos por tentar entender um pouco sobre o processo de geração de energia no país, que é altamente dependente do

petróleo e que tem o desafio de diminuir o uso de fontes poluidoras. Nossa matriz energética, embora renovável em parte (36%), precisa ter reduzida a dependência em relação ao petróleo e também ao carvão mineral, visando diminuir problemas como a poluição do ar e o aquecimento global. Estima-se que houve significativo avanço nas últimas seis décadas, pois, em 1940, a energia proveniente da queima de lenha alcançava os 80% da produção total de energia, o que atualmente corresponde a 9,5%. Hoje, a maior fonte de energia elétrica no Brasil é a água, e a energia resultante dela, produzida em hidrelétricas, tem sido considerada uma opção sustentável e capaz de garantir o consumo necessário para o crescimento do país (ELETROBRAS, 2015a).

No Brasil, a política hidrelétrica vem sendo implantada e ampliada desde o ano de 1889, quando foi instalada a primeira central hidrelétrica, construída em Juiz de Fora. Nas décadas seguintes, se viu o contínuo desenvolvimento no setor energético, a maior parte através da iniciativa privada – de capital nacional e estrangeiro. A partir da década de 1940, no pós II Guerra Mundial, o ritmo na produção de energia desacelerou, e foi necessário, ao desenvolvimento e à industrialização brasileira, que o setor público tomasse as rédeas da situação. Essa tendência foi sendo ampliada e foram várias as iniciativas federais, como a instalação de Furnas (1957), e a criação da Eletrobrás (1961) (MAGALHÃES, 1978).

Segundo Magalhães (1978), um fator que contribuiu para a expansão dos projetos brasileiros foi a realização de um planejamento global, por parte do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos do Centro Sul, entre os anos de 1962 e 1966, cujo apoio financeiro foi dado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse período, houve uma volta à prioridade hidroenergética, estabelecendo-se os grandes empreendimentos, como as usinas de Paulo Afonso, Três Marias e Furnas. Também se intensificaram os investimentos nas ligações e transmissões do sistema e o abandono das pequenas usinas térmicas. Isso culminou em experiência nacional no segmento de instalações hidrelétricas, seja no tocante às obras civis ou à

montagem eletromecânica, fabricação de equipamentos e desenvolvimento de equipes técnicas de operação da infraestrutura administrativa e de apoio e dos órgãos superiores de decisão, planejamento e controle.

A Agência Internacional de Energia – International Energy Agency (IEA, 2013) apoia a produção de hidroenergia, apontando que, além de ser altamente renovável, provém da fonte mais disponível em todo o mundo. Conforme a IEA, 16% da eletricidade mundial é proveniente de usinas hidrelétricas, que oferecem preços competitivos e estão presentes em vários países nos mais variados estágios de desenvolvimento econômico, sejam eles desenvolvidos, emergentes ou ainda em desenvolvimento. Atualmente, os maiores produtores de energia do mundo são a China, os Estados Unidos, a Rússia, a Arábia Saudita e a Índia, que juntos correspondem a 50% da produção global de energia (IEA, 2014b).

Contudo, mesmo sendo os maiores produtores de energia, os países citados acima não estão entre os mais eficientes em termos de consumo, sendo a Islândia – pequeno produtor – o 3º colocado nesse quesito – mais eficiente. Isso ocorre porque simplesmente produzir em grande escala não representa eficiência energética, pois um país só pode ser considerado eficiente a partir da capacidade que tem para viabilizar programas para a economia no consumo de energia e elaborar planos alternativos de produção. De acordo com a IEA (2014b), a oferta total de energia primária de um país deve ser dividida por sua produção de energia geral, como uma indicação sobre o nível de autossuficiência ou dependência energética de um país. Também devem ser considerados dados socioeconômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e a população, considerando consumo e produção de energia. Quanto à hidroenergia, a agência informa que não há dados precisos sobre o balanço energético, mas que há várias combinações entre informações socioeconômicas e indicadores, que vão além das questões de fluxo energético.

O Brasil, que não figura entre os maiores produtores e nem entre os mais eficientes, tem, de sua energia consumida em ambientes residenciais, 80% provenientes de grandes usinas

hidrelétricas, e 45% da demanda por energia primária é atendida por energia proveniente de fonte renovável. De acordo com a IEA (2014a), a demanda total de energia primária no Brasil dobrou desde a década de 1990. Isso ocorreu em função do aumento no consumo de energia elétrica e também do aumento na demanda por combustíveis para o transporte, decorrente do crescimento econômico e conseqüente avanço no potencial de consumo das classes baixas e a expansão da classe média. Todo esse cenário exigiu algumas medidas políticas em relação à geração de energia no país, culminando em desafios urgentes, tais como um esforço para que o acesso à eletricidade fosse estendido para todas as classes sociais (IEA, 2013).

De acordo com as informações emitidas pela IEA (2013), é interessante observar que, além das questões hidroenergéticas, o Brasil ascendeu nos últimos anos no quesito “potencial energético”, já que descobertas de petróleo e gás offshore deram ao país um status significativo entre os produtores de petróleo e gás. A descoberta sobre o pré-sal fez com que a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) assumisse um papel importante em áreas estratégicas, mesmo assim, a produção dos campos do pré-sal em águas profundas ainda não representam força suficiente para compensar o declínio da produção petrolífera do país. Mas, obviamente, a exploração do pré-sal será essencial para que o país se torne autossuficiente em termos de produção energética no futuro, inclusive sendo capaz de tornar-se um importante exportador de petróleo.

Em paralelo, são vários os projetos do Brasil para expandir seu potencial energético global, dentre os quais está o aumento da produção de energia hidroelétrica. Essa expansão, contudo, tem enfrentado alguns obstáculos, tais como a restrição espacial – afastamento das regiões potenciais para a exploração hidroenergética em relação aos centros industrializados – e questões ambientais e econômicas. De acordo com a IEA (2013), esses fatores fazem com que o Brasil, embora apresente um potencial de 20 GW de capacidade de energia hidrelétrica, em construção na região amazônica, ainda precise se dedicar à exploração de outras fontes para geração de energia, que

também devem crescer nos próximos anos, como é o caso do gás natural, da energia eólica e da bioenergia. A agência traz ainda, que há um sistema de leilões sendo viabilizado para que sejam angariados recursos para a criação de uma capacidade de transmissão mais efetiva, algo importante, visto que hoje, esse é um dos principais problemas do país.

Para apoiar esse processo, a IEA (2013) aponta que estabeleceu cooperação com o Brasil a fim de que algumas realizações conjuntas possam ser realizadas. Entre os projetos conjuntos, estão a publicação do Global Hydropower Technology Roadmap e a seção especial sobre o Brasil no World Energy Outlook 2013. Em termos estratégicos, isso parece importante, já que a IEA tem como seus pilares de atuação a segurança energética (para promover diversidade, eficiência e flexibilidade nos setores energéticos), o desenvolvimento econômico (para assegurar fornecimento estável de energia aos países membros, promovendo mercados livres para fomentar o crescimento econômico e eliminar a pobreza energética), a sensibilização ambiental (para reforçar o conhecimento internacional das opções para o combate dos problemas climáticos) e o chamado compromisso mundial (para trabalhar com os países não membros, em especial grandes produtores e consumidores), para que sejam solucionados os problemas ambientais relacionados à geração de energia (IEA).

Em 2014, o Brasil foi considerado o 23º país em eficiência energética no mundo. Especificamente em relação à hidroe-nergia, o Brasil produz 14,1% do total produzido no mundo, sendo este o setor responsável por 75% da produção de energia elétrica. Essa preferência pela adoção do sistema hidrelétrico vem sendo reforçada pelo fato de que o país possui um alto potencial fluvial, o que é de suma relevância para esse tipo de produção energética, já que a geração de energia se dá através de turbinas movidas por correntes de água provenientes dos rios, seja de forma direta ou a partir de instalações feitas pelo homem, como reservatórios e represas. De acordo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS, 2015b), entre as principais vantagens das usinas hidrelétricas estão: a utilização de fonte renovável de energia, a viabilização do

uso de outras fontes renováveis (podem servir de suporte ao emprego de outras fontes de energia como a eólica e a solar), a contribuição para a não poluição do ar, a ajuda no combate às mudanças climáticas, o armazenamento de água potável, a promoção de segurança energética, a redução de preços para o consumidor final, o aumento na confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico do país, e a significativa contribuição para o desenvolvimento. Todos considerados instrumentos vitais para o desenvolvimento sustentável de um país.

Para a empresa (Eletrobrás), as usinas hidrelétricas representam desenvolvimento sustentável, desde que sejam desenvolvidas e operadas de forma economicamente viável, sensata e socialmente responsável. De acordo com a Eletrobrás (2015b), a operação das usinas é considerada uma das soluções mais econômicas para o aproveitamento da força das águas, que, após movimentarem as turbinas, voltam para o leito dos rios sem sofrer qualquer degeneração, sendo, por isso, considerada uma fonte de energia limpa e renovável. Hoje, a usina mais notável no Brasil é a Itaipu, localizada no rio Paraná e considerada a segunda maior do mundo em potência instalada (14 mil megawatts), atrás apenas de Três Gargantas, na China. Ainda segundo a empresa (que é estatal), além de ser proprietária de metade da Itaipu, a companhia também detém a posse de algumas das principais hidrelétricas em operação no país, como Tucuruí, no rio Tocantins, e as usinas do Complexo Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Atualmente, o Brasil tem na energia hidráulica sua maior fonte de energia elétrica, seguida pela energia gerada nas termelétricas e, por último, nas usinas nucleares, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz Energética Brasileira

Fontes de Energia	Produção	%
Lenha	Termelétricas	9,5
Biomassa (exceto lenha)	Biocombustíveis	21,2
Hidráulica	Usinas Hidrelétricas	14,1
Petróleo*	Extração Mineral	37,7
Carvão Mineral	Extração Mineral	5,2%
Gás Natural	Extração Mineral	10,3
Nuclear**	Usinas Nucleares	1,4
Eólica***	Turbinas de Vento	0,5
Solar	Painéis Solares	0,1

Fonte – Adaptado de Eletrobrás (2015b) – dados de 2010.

*Principal combustível para veículos automotores; não renovável e altamente poluente.

**Angra 1 e Angra 2, localizadas no estado do Rio de Janeiro.

***Energia limpa e renovável; grande potencial, pouca exploração.

Apresentada a matriz energética brasileira e tendo em vista todas as vantagens da geração de energia hidroelétrica, elencadas pelos órgãos e empresas responsáveis pela energia, parece importante mencionar algumas das desvantagens, nunca ou raramente apresentadas pelas instituições interessadas na proliferação das hidrelétricas. Nesse sentido, são mencionados a seguir, alguns dos aspectos mais relevantes sobre a implantação das UHEs no Brasil.

Alguns aspectos relevantes

Com o aumento no consumo de energia elétrica no Brasil, em especial entre os anos de 2002 e 2012, em torno de 52,87%, aliado à perspectiva de crescimento de 52% até o ano de 2023, e considerando que as Usinas Hidrelétricas (UHEs) são nossa principal fonte de geração de energia elétrica, parece justificável que tanto se discuta sobre o uso do potencial hidroelétrico e da consequente expansão dos grandes projetos. Os impactos são muitos, a começar pela alteração do ciclo hidrológico e do meio ambiente em geral. Massoli e Borges (2014) apontam

alguns dos impactos possíveis e os chamam de externalidades ocasionadas pela instalação de hidrelétricas. Os autores apontam aspectos como o desenvolvimento regional, no entorno das barragens, e também alguns aspectos negativos, relacionados ao custo benefício não incluído nos preços (mas que devem ser considerados como externos, já que pagos pela sociedade, ainda que de forma indireta, seja pela degradação ambiental – custos ambientais – ou por problemas de saúde, dentre tantos outros possíveis).

Ainda de acordo com os mesmos autores, esse tipo de empreendimento contribui para alterações climáticas como chuvas ácidas, efeito estufa, degradação da qualidade do ar e outras questões não mensuradas nos custos finais dos projetos. Entre os possíveis prejuízos para as populações, há a falta de compensação para a região, a ausência de desenvolvimento local, a avaliação inadequada das terras, a morte e o deslocamento de vários animais, o sentimento de impotência diante da política de geração energética, o deslocamento de famílias das áreas urbanas e rurais, em especial da população ribeirinha (para a construção de barragem), o aumento no custo de vida, a diminuição da tranquilidade municipal e a mudança de cenário (social e ambiental), os impactos diversos de ordem econômica, social, ambiental e cultural, o deslocamento compulsório de pessoas por fatores culturais, a inundação de grandes áreas, a impossibilidade de uso do rio para travessia de boiadas por parte de produtores rurais e as dificuldades de tráfego de embarcação.

Quanto aos aspectos positivos, Massoli e Borges (2014) apontam que os empreendimentos hidrelétricos – além da geração de energia – poderiam promover a melhoria das vias públicas das regiões em que são instaladas as UHEs, a elaboração de políticas alternativas para a geração de renda, o apoio aos municípios, a instalação de parques ecológicos, a conservação da fauna e flora locais, a redução do impacto social (por meio de programas de qualificação), a mudança de cenário paisagístico (potencializando aspectos turísticos ou estruturais), a expectativa de mais oportunidades de trabalho, a criação de lagos e a

reforma de imóveis. Em suma, os aspectos considerados positivos seriam todos aqueles velhos conhecidos, relacionados ao tão aclamado progresso. Mas o fato é que, desde a concepção de um projeto para construção de uma usina hidrelétrica até o seu pleno funcionamento, sérios problemas ambientais e sociais vem sendo verificados, a começar pela própria inundação, que em muitos casos se dá sobre terras produtivas.

O alagamento não poupa o ecossistema e nem o ambiente social. O meio ecológico é destruído para sempre e populações inteiras de animais são até mesmo extintas. O ecossistema é completamente alterado, causando sério desequilíbrio. Populações locais são compulsoriamente deslocadas, seus hábitos, a dependência da terra e sua identidade são gravemente feridos, fazendo com que suas rotinas e funções produtivas na comunidade também se alterem, modificando, por vez, as relações sociais em seu meio. Derrosso e Ichikawa (2013) são enfáticos ao ressaltar que o enchimento de reservatórios tem ocasionado o esvaziamento das vidas de milhares de sujeitos. De acordo com os autores, as ações compensatórias são frequentemente insuficientes e mesmo equivocadas. A drástica mudança causada pelas instalações de hidrelétricas, não se restringe ao espaço físico, altera também as relações sociais, as formas de trabalho, as rotinas, as representações simbólicas e os vínculos mais profundos, estabelecidos durante toda a trajetória dos sujeitos.

Conforme trazem Pereira e Ribeiro (2014), os empreendimentos hidrelétricos no Brasil já foram responsáveis pelo desalojamento de mais de 200 mil famílias, integrantes dos níveis mais vulneráveis da sociedade, como indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas. Para os autores, há um movimento de consubstanciação entre pessoas e objetos, não havendo distinção entre ambos, movendo-os conforme a necessidade e os interesses políticos e econômicos. Esse processo se sustenta em um modelo de desenvolvimento que não é para todos. É direcionado, focado, e não alcança as populações mais carentes (ACSELRAD, 1991). O próprio fortalecimento da matriz energética não parece voltado a qualquer melhoria de vida dessas populações, aliás, nem mesmo a própria energia elétrica chega

à parte dessa população, pois no Brasil ainda há muitos sertanejos que nem mesmo experimentaram a vida com energia elétrica. E mesmo que discursos desenvolvimentistas sustentem que a melhoria econômica de um país propicie avanço na qualidade de vida dos menos abastados, dificilmente esses não são os únicos sacrificados em prol desse desenvolvimento.

Mas uma verdade é inquestionável, nossa matriz energética está pautada na lógica mercantil e tecnicista. Nessa lógica não cabem preocupações com a degeneração social ou ambiental. Atesta-se que em nome de um bem maior se pode destruir para reconstruir depois, se for o caso, por meio de medidas compensatórias e de mitigação dos impactos. Nesse sentido, homem e meio são meros provedores de recursos. As singularidades entre os grupos afetados, a produção material ou simbólica no cerne das comunidades, o meio ambiente onde elas se fizeram existir e significar, são simplesmente subjugados, e o bem maior segue sendo esse invisível e tão esmagador “mercado econômico”. O que ele significa? Pois bem, não parece haver consenso sobre o assunto, mas o fato é que questões insubstituíveis são ignoradas e a desterritorialização é apenas uma face da reterritorialização, não menos árdua para muitas famílias, transplantadas para novos territórios, que não os seus, enfrentando novas possibilidades que não as suas. Ao serem impingidos à mudança, mesmo aquilo que outrora poderia ser bom, nessa circunstância se torna sombrio. Como sabiamente apontam Pereira e Ribeiro (2014), aqueles que compulsoriamente saem são também os que chegam. Que partem deixando suas histórias, sendo exigidos a reinvenções que nem sempre lhes são agradáveis. Que reinventam sua capacidade de trabalho, os seus saberes, as suas memórias, as suas histórias e tudo aquilo que se perde na mudança.

Mas, como destacam Rampazo e Ichikawa (2013), muitos dos problemas imbricados na geração da hidroenergia não são apenas econômicos. Nesse sentido, nem sempre as formas de mitigação dos danos ou ressarcimento econômico podem apagar as marcas deixadas por um processo tão drástico de defor-

mação do ambiente e das vidas. Certas marcas não podem ser apagadas ou mesmo atenuadas. As amizades, os códigos estabelecidos numa comunidade, a identificação com o território, o reconhecimento perante seus semelhantes e a clivagem na sua própria identidade não são passíveis de compensação. A perda das referências ocasionam mudanças objetivas nas vidas dos sujeitos, que têm a condição econômica e de subsistência alterada, quando não a própria percepção, resultando em conflitos diversos.

Para Suassuna (2007), há uma espécie de dano moral e ambiental coletivo, cujo sofrimento dos sujeitos também advém de uma coletividade, em decorrência do dano ao patrimônio ambiental, causando ainda um dano moral, decorrente desses mesmos impactos ambientais, que, por sua vez, causam à população atingida perdas irreparáveis. Os conflitos entre os que detêm o poder frente ao empreendimento e a população atingida se dão, muitas vezes, por causa do sentimento de desconsideração de suas necessidades, da ausência de estudos ambientais sérios e de toda a desconsideração de qualquer aspecto imaterial relacionado ao patrimônio ambiental. Os sujeitos à frente das construções das UHEs não consideram que o ambiente, social e ecológico, é de suma importância para as populações locais. Esse desrespeito, segundo a autora, muitas vezes é a principal fonte dos conflitos.

Para Santos (2013), os motivos principais para os conflitos são decorrentes de reivindicações emocionais, que são contrárias aos empreendimentos hidrelétricos, mas fundadas em dimensões psicossociais. De acordo com o autor, esse movimento de “contra versus a favor” à construção das usinas não ocasiona discussões objetivas, impedindo avanços para o desenvolvimento local e evitando articulações por parte da sociedade civil, que, para ele, deveria viabilizar alguma forma de controle social e político para algo que constitui um fato: a construção das UHEs. Afirma, ainda, que é necessário fortalecer outra dimensão, uma que seja mais participativa para o controle e para as ações em direção ao desenvolvimento local, em que a sociedade civil fosse envolvida, influenciando novos atores e movimentos que se fizessem válidos em face à construção desses empreendimentos.

Poder-se-ia inferir que os argumentos contrários à Instalação das UHEs constituiriam um movimento afetivo que leva em conta a possibilidade de não construção das usinas. Mas pouco se pensou mediante a construção concreta e inevitável dessas instalações (SANTOS, 2013). Essa relação de forças parece infundável, e, ao mesmo tempo, fatídica. Tentativas apaixonadas não têm evitado esse processo. Mas, então, o que fazer? As infundáveis tentativas de não se conceder licença para a construção desses empreendimentos só têm feito protelar por algum tempo que eles sejam efetivados. E nesse sentido, Santos (2013) aponta ser inevitável qualquer afirmação sobre os desdobramentos futuros dos movimentos que vemos hoje. Essa nova dinâmica e o processo histórico, cuja relevância parece sempre esbarrar nos aspectos econômicos e utilitaristas, parece requerer posições mais complexas do que o tradicional contra “versus a favor”. Para o autor, esse movimento na história, no território e nas singularidades irão requisitar caminhos múltiplos, nos quais os interesses são infundáveis, mas prevalece a saída do território, que continua em movimento.

Mas esses não foram os únicos percalços ignorados ao longo dos últimos 40 anos. Já na década de 1970 Magalhães (1978) apontava que embora a geração de energia mais barata fosse imprescindível para o desenvolvimento econômico do país, e que a energia hidrelétrica fosse o melhor caminho para o aumento da produtividade interna, algumas variáveis precisavam ser levadas em consideração. Para o autor, embora o baixo custo da energia e a confiabilidade técnica fossem atrativos importantes, ainda cabia considerar alguns aspectos problemáticos, como a necessidade de melhorar a capacidade de distribuição da energia gerada, o que era – e continua sendo – um grande problema, devido às grandes distâncias entre o local de produção e o consumo final. Não bastassem esses desafios, ainda havia o problema dos altos investimentos requeridos para a realização dos projetos, construção e instalação das usinas e reservatórios, e o longo tempo exigido para a maturação do investimento em uma UHE, visto que um projeto desse porte tende a se estender por mais de 12 anos. Outra variável im-

portante é a dependência em relação à natureza – períodos de chuvas e estiagem – e o alto custo inicial para a instalação de uma usina hidrelétrica, extremamente caro para um país ainda em desenvolvimento.

Mas frente às problemáticas fontes, como a lenha e o carvão mineral, cujos processos de geração de energia são extremamente danosos ao ambiente, as justificativas a favor das construções das UHEs até hoje vêm colorindo os discursos em prol da construção desse tipo de empreendimento. Problemas com acidentes de transporte, emissão de gases e destruição paisagística também eram fatores preocupantes em relação às termelétricas, assim como os riscos relativos à energia nuclear e os altos investimentos econômicos em tecnologia e segurança. Esses foram argumentos largamente explorados em prol dos investimentos em geração de energia hidrelétrica (MAGALHÃES, 1978). Argumentava-se que essa seria a solução para os problemas relacionados às termelétricas, o que não se confirmou ao longo desses anos, pois vimos que a construção de barragens e usinas tem interferido gravemente no sistema ecológico e na estrutura socioeconômica das regiões onde são instaladas.

Na ânsia de convencer sobre a importância da construção das hidrelétricas para o país, se preconizava, nos anos setenta, que, junto aos empreendimentos, fossem realizadas modificações benéficas ao ambiente, no sentido de evitar ou minimizar as modificações negativas. Magalhães (1978) aponta que naquele tempo, a experiência brasileira se demonstrava satisfatória, com saldo positivo na maior parte dos casos. Para o autor, em regiões pouco desenvolvidas, a construção de uma usina, embora desorganizasse o antigo sistema socioeconômico, acabava sendo um elemento de inovação para a economia e a cultura locais. Argumenta-se ainda que, embora um reservatório faça desaparecer riquezas naturais, como uma queda de água, o lago artificial pode oferecer outras possibilidades para práticas esportivas e recreativas, tornando a região um pólo de atração turística.

Outra falácia é a afirmação de que nem sempre há perda irreversível quanto às terras agrícolas inundadas, que podem

tornar-se reservatórios adequados ao povoamento de peixes, proporcionando a uma produção pesqueira que compense ou supere as perdas com o alagamento. Os raros riscos de tremores, decorrentes da acomodação do solo sob a água, a proliferação de insetos transmissores de doenças são considerados ínfimos mediante benefícios como a regularização das vazões dos rios, que evitaria enchentes ou secas prolongadas, acarretando benefícios para as populações ecossistemas. Para Magalhães (1978), as alterações são significativas, mas poderiam ser controladas a partir de análises criteriosas que pudessem avaliar caso a caso os possíveis impactos, considerando, ao final, viabilidade ou não para o empreendimento. Essa viabilidade seria confirmada caso o resultado global fosse positivo, levando-se em conta os custos e benefícios – diretos e indiretos.

Vistos todos esses argumentos em torno da geração de energia hidrelétrica – favoráveis e desfavoráveis –, parece necessário que todos nós, pesquisadores, educadores e cidadãos em geral, tomemos uma postura: a de buscar compreender quais são, de fato, os interesses envolvidos nessa temática. Não parece ser simples estabelecer motivos reais ou precisos, nem mesmo possível, mas promover a discussão e reflexão é parte de um processo caro ao avanço socioeconômico de um país e a busca por informação e conhecimento. Nesse sentido, é apresentado, a seguir, um possível percurso para a análise dos discursos vigentes em torno do tema energia hidrelétrica.

Foucault e o conceito de parresía

São muitos os estudos envolvendo as discussões realizadas por Foucault no âmbito dos estudos organizacionais (Barros et al, 2011; Antunes et al, 2012; Costa e Leão, 2012; Gonçalves et al, 2012; Pereira et al, 2012; Silva et al, 2012; Stassun e Prado Filho, 2012; Costa et al, 2013; Paim, 2013; Souza e Pereira, 2013; Walter et al, 2013; Villadsen, 2014). Desde seu conceito sobre tecnologia, governamentalidade, poder disciplinar e tantos outros, são muitas as contribuições de seu trabalho para os avanços da área. Especificamente nesse texto, recorre-se ao conceito de parresía, não cunhado por ele, mas retomado em

seu trabalho de forma esclarecedora quanto ao seu caráter público. Antes de apresentar suas elucubrações a esse respeito, no entanto, parece importante retratar algumas das contribuições absorvidas por alguns pesquisadores.

A adoção do conceito de tecnologia disciplinar vem contribuindo amplamente para o processo analítico sobre as complexidades do poder na vida organizacional (VILLADSEN, 2014). As premissas da teoria sobre o poder, em Foucault, contribuem para o desvelar de mecanismos de vigilância que abrigam interesses muito além dos meramente econômicos (PAIM, 2013). Os trabalhos de Foucault (2014a; 2014b; 2014c) sobre a história da sexualidade colaborou com pesquisas (Souza e Pereira, 2013) que revelaram a existência de discriminação praticada por homossexuais contra homossexuais no ambiente de trabalho. A forma como Foucault analisou os discursos também foram de grande importância para alguns estudos (Costa e Leão, 2012; Costa et al, 2013; Souza; Pereira, 2013; Walter et al, 2013), revelando como o poder se manifesta nos processos de configuração de verdades a respeito de determinados assuntos, e mostrando as ordens que emanam da realidade e de alguns avanços tecnológicos que delineiam a experiência concreta e a percepção dos sujeitos.

Como apontam Stassun e Prado Filho (2012), no mercado de informações e no acesso ilimitado aos dados, bem como em virtude do aumento da precisão em alguns processos, e mais, nas práticas de regulação das populações e das subjetividades dos sujeitos, a própria gestão possibilita vigilância e controle do saber e poder, buscando conhecer a vida dos indivíduos para seguir criando novos mecanismos de controle. Costa e Leão (2012) apontam que por meio dos trabalhos arqueológicos de Foucault é possível delinear um percurso para a compreensão de emaranhados culturais, estabelecimento de valores universais em meios locais, marcas e símbolos culturais, práticas cotidianas e formações discursivas.

Embora tenha sido amplamente criticado, Foucault contribuiu para que fosse possível compreender a ação dos atores humanos (Villadsen, 2014), os ambientes de controle social dis-

ciplinar (Paim, 2013), a discriminação (Souza e Pereira, 2013), o ideário taylorista e o poder pastoral da disciplina, que incide sobre o corpo e a alma do indivíduo (Walter et al, 2013), o processo de construção e planejamento de políticas públicas como dispositivos biopolíticos (Stassun e Prado Filho, 2012), as relações de poder em ambientes perpassados por princípios da Economia Solidária (Gonçalves et al, 2012), as práticas organizacionais em empresas familiares (Pereira et al, 2012), a estratégia como prática social nas organizações — considerando os aspectos micro e macro do fazer estratégia (Silva et al, 2012)—, e proporcionou, ainda, visões alternativas sobre o estabelecimento dos saberes gerenciais, considerando os sujeitos e as práticas que permitem a circulação e legitimação de saberes (Barros et al, 2011).

O fato é que a crise paradigmática contemporânea, apontada por Costa et al(2013), colaborou para os avanços de estudos que se mostraram mais críticos em relações aos discursos utilitaristas que tratavam dos assuntos organizacionais. Assim, pesquisadores que atuam no campo da Administração debruçaram-se sobre os trabalhos de teóricos que pudessem corroborar com essa postura, entre os quais, Michel Foucault. Esse olhar crítico se revelou campo fértil para o entendimento de fenômenos do campo econômico, no qual se insere o presente objeto de análise – a geração de energia hidrelétrica. Aspectos éticos também foram analisados a partir das propostas foucaultianas, como o estudo realizado sobre a atitude ética dos profissionais brasileiros de contabilidade e a parresía sobre a atuação dos contadores, em um momento no qual se permite aos profissionais a prática de juízos de valor frente às escolhas contábeis (ANTUNES et al, 2012).

Tudo isso mostra o quanto os estudos críticos que se pautam em Foucault tem sido relevantes para a compreensão das práticas organizacionais nos mais variados cenários, corroborando nossa proposta analítica sobre a produção de energia hidrelétrica. Compreendido isto, é importante esclarecer alguns dos aspectos do conceito que é utilizado aqui: a parresía. Foucault (2011) alerta que o falar com liberdade, mesmo se tratando de

uma expressão comum, não tem sentido estrito, mas, ainda assim, traz um problema político, o da liberdade de expressão, que desdobra em um problema técnico. Para o autor, compreender a parresía é uma forma de compreender essa problemática. Não é difícil, para quem quer que seja, compreender que o falar a verdade é, em muitas ocasiões, algo incômodo, para si mesmo e para os outros. Abster-se de falar a verdade pode ser bem mais confortável e seguro, já que a manifestação de nossas crenças reais, nossos valores nem sempre são desejáveis para o público que nos ouve. E o próprio convívio, comumente, requer o silêncio (SQUVERER, 2013). Mais à frente, serão realizadas as análises baseadas no conceito de parresía, mas já é possível notar aqui, o quanto a proposta parresíasta tem relação com as falácias em torno da energia hidrelétrica.

A parresía, termo grego orientado para designar a coragem de dizer a verdade, expor a realidade e falar com franqueza, é também usada em sentido corrente e óbvio, mas ainda em sentido técnico e preciso, no qual Foucault (2011) se demorou mais em esclarecer. Para o autor, a parresía é mais do que a liberdade de todo cidadão comum teria de pronunciar a palavra num sistema democrático, independente de ser esse cidadão rico ou pobre. Mas a própria definição de democracia comprometeria o claro entendimento do que vem a ser a parresía, que conforme orienta, é distinta do conceito de isegoria, já que esta traduz-se no direito constitucional, institucionalizado juridicamente e concedido todo cidadão, garantindo-lhe legalmente a liberdade para se expressar, seja politicamente ou na manifestação de qualquer interesse ou perspectiva sobre a vida comum.

A parresía é algo relacionado à própria prática política, a uma parte do jogo democrático, mas ao contrário da isegoria, onde qualquer um pode ter o direito à palavra, na parresía há um problema técnico e político, pois quem deve tomar a palavra pode exercer sua influência sobre a decisão dos outros, persuadindo sobre o que estima ser a verdade, servindo de guia aos demais sujeitos vai depender da distribuição do direito à palavra, que não é mais dado a todos os cidadãos, mas aos que falarem e ascenderem sobre os outros em nome da verdade e a

partir da verdade, para o ato de governar. Assim, teríamos, na parresía, um jogo do poder autocrático, no qual os problemas políticos e técnicos seriam direcionados ao como se dirigir aos governantes ou detentores do poder, com a verdade. Como garantir a igual distribuição do direito de palavra se o jogo político é muito mais do que um jogo da verdade ou do direito? Pois bem, esse seria o problema caro à parresía (FOUCAULT, 2011).

A palavra certa, medida para o momento adequado, poderia revelar injustiças, promover a lucidez e, claro, ferir certos interesses – como ocorre nos casos de denúncias envolvendo os desmandos que perpassam o campo da construção de UHEs. O dizer a verdade adotaria o status de tiro certo, capaz de aniquilar ideologias e derrubar poderosos, mas seria imprescindível haver convicção, não havendo espaço para simples atrevimento ou irresponsabilidade, já que os danos poderiam ser irreversíveis, principalmente dependendo da plateia. Não há espaço para remediações ou retrocessos na parresía, essa virtude cujo emprego pode ocorrer na esfera pública ou privada, mas que requer coragem para o confronto do poder com a verdade, por um subalterno (SQUVERER, 2013). De acordo com Foucault (2011), é a confrontação que entoa o problema político, histórico e filosófico. A parresía que começa num espaço político constituído, em que certa palavra é pronunciada, pretendendo dizer a verdade, também encontra naquele que diz a verdade a profissão de dizê-la identificando o enunciador, cuja proposição ou proposições verdadeiras implicam em assumir riscos, podendo ser o enunciador responsabilizado – recompensado ou sancionado. Essa dinâmica envolvendo todos os cidadãos com direito a fala e que podem dar opinião, mesmo que seja através do voto constitui a boa parresía. Mas há também má parresía, aquela que não funciona como deveria, na qual aquele que diz a verdade não consegue ser ouvido – mais uma vez os denunciantes e pesquisadores contrários às hidrelétricas. Isso ocorre em benefício dos adutores, daqueles que preferem repetir as opiniões dos detentores do poder ao invés de dizer a verdade.

Vê-se que a parresía é imprescindível à democracia, ao mesmo tempo em que é sumariamente perigosa e, às vezes, até impotente, quando não é capaz de funcionar efetivamente, como deveria, não atingindo nenhum resultado contrário ao problema ao qual é destinada (FOUCAULT, 2011). Diferente da isegoria, há aqui um grau de intimidade e confiança para que a verdade seja proferida. Como aponta Squverer (2013), há que se ter cuidado para ser um parresiasta, evitando sempre a ironia, a crítica infundada a simples persuasão ou desafio, ofensas e insultos gratuitos. Para o autor, isso é simples opinião, não necessariamente verdadeira. Mas a parresía é mais do que a recusa à mentira ou à bajulação, é também um preço a pagar, já que ao optar por dizer a verdade em espaços públicos, pode acarretar retaliações, exílios e mesmo a morte. Mas é no espaço público que a parresía é mais parresía. É onde Foucault (2011) a considera a mais diferente das maneiras para dizer a verdade, mais que uma estratégia de demonstração, de persuasão, de ensino ou discussão, mais que simples retórica, a parresía é essencialmente o como se dizer a verdade.

Para Foucault (2011) não é à toa termos visto os filósofos ocuparem a posição de parresiastas, como os que podiam dizer a verdade na cena política, guiando as próprias cidades. A prática da parresía se problematiza como algo para todos os regimes políticos, desdobrando-se nos temas políticos e nas técnicas psicagógicas. Após as oligarquias, as cidades seguiram sendo fundadas na relação com a verdade, ao contrário dos tempos atuais, em que voltamos às más parresías ou às falsas verdades, onde a retórica parece uma arte ou técnica mais conveniente para a disposição de elementos do discurso com finalidade de persuadir – como, por exemplo, os discursos sobre energia limpa. Mas é importante compreender que a retórica não se ocupa com a verdade e nem com a falsidade dos discursos (Squverer, 2013) e, embora na parresía se utilize da retórica, como procedimento e maneira de dizer, a retórica é apenas uma maneira de ensinar, uma pedagogia, cuja brutalidade e violência nada têm de relação com a parresía, que vai muito além de um procedimento pedagógico. Não é papel

do parresiasta a discussão, mas o dizer, o lançar a verdade (FOUCAULT, 2011).

Tendo esclarecido os significados de parresía e retórica, vejamos a seguir o que há de retórica e de parresía – se é que há alguma parresía – na complexidade em torno da temática da geração de energia hidrelétrica no Brasil.

A geração de energia hidrelétrica: razão para quem?

Eis aqui mais um aspecto do trabalho de Foucault que poderá nos auxiliar nos estudos sobre as organizações e toda a complexidade discursiva que as envolve, o conceito de parresía. Provavelmente, ao longo da leitura algumas questões já foram esclarecidas, mas notem como o caráter político da parresía está relacionado a algumas questões da gestão pública ou de interesse público, como o caso da construção das UHEs. Entender os discursos para além da retórica pode revelar manifestações do poder em processos de desenvolvimento tecnológico, nos quais as manifestações das verdades seguem às margens das determinações vigentes. As percepções dos indivíduos num processo de desapropriação recebe pouca ou nenhuma atenção, e àqueles – geralmente pesquisadores – que se arriscam à parresia, resta o descaso dos poderosos ou, quando muito, a apropriação dos discursos verdadeiros por retóricas eleitoreiras ou a mercê de um modelo capitalista em que o custo benefício considerado positivo é aquele que maximiza a produtividade industrial em detrimento de populações inteiras afetadas por empreendimentos deste porte.

Não é difícil encontrar discursos tão ambíguos ou opostos em torno do tema hidroenergia. Uma breve pesquisa em periódicos científicos nos permite rapidamente deparar-nos com opiniões – ou perspectivas – completamente distintas sobre o mesmo cenário. Se por um lado há os defensores dos avanços tecnológicos oriundos da construção de usinas hidrelétricas e respectivas barragens, por outro, há aqueles que discursam em prol dos direitos e da dignidade de minorias afetadas por esses empreendimentos. E quais seriam os verdadeiros discursos? Há uma verdade que se sobrepõe ou exclui a outra? Não

parece ser adequado tentar dar uma resposta. Entretanto, soa interessante levantar alguns pontos de análise, por exemplo, as informações, sejam elas de ordem científica ou midiática, não estão isentas de interesses e ideologias.

Na luta por deter alguma verdade, diferentes lados ceram a mesma batalha. Os interesses do capital, ou daqueles que detêm o poder, requerem vigilância e controle dos saberes, das tecnologias e da vida dos indivíduos, e talvez esse seja o espaço que permite a entrada de áreas distintas em cenas tão complexas. É nesse ponto que pesquisas tão distintas invadem os mesmos ambientes ou problemas. Conhecer o inimigo pode representar a segurança necessária para a manutenção das relações de força, permitindo que discursos sejam apropriados num movimento retórico de apropriação de causas reais para ganhos interessados de grupos específicos. Ao lançar um olhar crítico para as possibilidades de verdades em torno do tema hidroenergia, é possível observar que as posições paralelas não são excludentes, e que revelam a trama necessária aos fenômenos do campo econômico, o principal requerente de inovação tecnológica de tamanho impacto. Em nome de uma industrialização cega, aspectos éticos não são inerentes aos avanços requeridos, e desvelar posições contrárias a essa perspectiva significa conhecer aquilo que é reprovável ou indesejável.

O fato é que tanto as pesquisas favoráveis à instalação das UHEs quanto aquelas que são contrárias a esses empreendimentos acabem por servir, ainda que indiretamente, ao ideário da propagação de instalações desse porte. Obviamente, os estudos defensores dos avanços propagados pelos progressos tecnológicos oriundos das instalações hidrelétricas corroboram amplamente para a continuidade e expansão de projetos dessa ordem, mas aqueles que são realizados em oposição, no intuito de desvelar alguma verdade, esses não escapam aos interesses em questão, pois dão munição aos jogadores mais fortes, que ao conhecer seus opositores ou questionadores, ganham munição para se estabelecerem ou transfigurarem suas ações e intenções.

Ao debruçar sobre o conceito de parresía, (FOUCAULT 2011), observou-se que, no cenário da produção de hidroenergia, o falar com liberdade é mesmo um problema político, onde a liberdade de expressão se desdobra em problemas técnicos, como bem salienta o autor. Nesse sentido, ao buscar compreender a parresía no âmbito dos discursos sobre a geração de hidroenergia, mais especificamente no que se refere às usinas hidrelétricas, deparou-se com o fato de que falar a verdade é o que menos importa, seja para qual for o lado. A abstenção em torno da verdade também se mostra mais confortável nessa dinâmica, já que são muitos os interesses envolvidos em empreendimentos tão custosos e que propiciam tantas vantagens a grupos tão poderosos, sejam eles compostos por políticos, empresários ou quaisquer sujeitos que possam lucrar com um projeto dessa magnitude.

Essa parresía, apontada por Foucault (2011), esse ato corajoso de dizer a verdade, expondo a realidade tal como ela é, deveria ser isenta de interesses ou causas próprias, deveria pautar-se num posicionamento político em que as práticas dos sujeitos, pautadas no jogo democrático, resultassem no falar a verdade e fazê-la ser ouvida, ou seja, não bastaria falar a verdade, seria preciso que ela fosse ouvida. É nesse aspecto que as pesquisas sobre as UHEs e a hidroenergia remetem à parresía. Mesmo que o lado contrário à construção de usinas e barragens seja portador de verdades inquestionáveis, essas verdades têm sido ouvidas? Elas são lançadas com força suficiente para emitir algum som? Parece que não tanto quanto poderiam ou deveriam, mas, por outro lado, discursos ideológicos sobre energia limpa e avanços tecnológicos têm ocupado não apenas páginas de artigos provenientes de pesquisas acadêmicas, mas também discursos midiáticos sobre as vantagens da hidroenergia e da relação custo benefício.

Ao deparar com pesquisas apontando as maravilhas da indústria hidrelétrica no Brasil, vem à tona a questão sobre a importância dos ganhos econômicos em relação às vidas humanas e às perdas ecológicas, em função dos alagamentos. É ingenuidade pensar em qualquer possibilidade que não a

prevalência dos interesses econômicos em relação a quaisquer formas de vida. Essa quase sempre será a posição dos especialistas em tecnologia. A indústria, essa entidade falaciosa é a verdade absoluta, não aquela da parresía, mas a que interessa aos que detêm o poder. Esse problema técnico e político em torno das hidrelétricas não permite a parresía. Toma a palavra o que tiver mais poder de exercer sua influência em benefício próprio e não da coletividade. Não há persuasão pautada na verdade nesse caso, apenas a persuasão pautada no interesse de uns poucos. O direito a palavra pode até ser dado aos adversários ou destoantes, mas apenas a título de retórica e não alcança a parresía.

Mesmo o conceito de energia limpa e renovável, em parte real e verdadeiro, afinal, as águas se renovam com as chuvas e armazená-las em reservatórios não polui o ambiente, não passa de retórica. Pois serve para exaltar as vantagens do processo em detrimento dos problemas. Ao falar em energia limpa, são descartados todos os problemas envoltos na construção de uma UHE. Se é limpa do ponto de vista químico, se é barata quanto a geração propriamente dita, quanto custa ao ambiente e à sociedade um projeto desses? Quanto vale a vida? Pois bem, isso também vai depender de que vida se está falando. O fato é que há, sim, vantagens e desvantagens, mas a questão é: quais são os beneficiados por tamanha destruição? Não interessa. O resultado final deve ser o avanço tecnológico, a industrialização e o mercado econômico. Não parece haver, no cenário de construção das hidrelétricas, espaço para a parresía. Não há a possibilidade para um jogo de poder autocrático, não há espaço para verdades que não interessem aos poderosos, e — porque não — aos tiranos.

Se na parresía a palavra certa pode desvelar as injustiças e promover a lucidez, na retórica pura as ideologias são privilegiadas. Poderosos são bajulados e mantidos no poder, algumas verdades — geralmente ditas por acadêmicos — ficam no âmbito do atrevimento. A coragem para o confronto do poder com a verdade talvez fique restrita aos ativistas e pesquisadores, por um lado, legitimados à fala, por outro,

limitados aos círculos em que vivem. Temos, então, no cenário das hidrelétricas no Brasil, no máximo, a má parresía (Foucault, 2011), que não funciona como deveria, e onde os que dizem alguma verdade não são ouvidos. Seguem mandando os déspotas, adulados por aqueles que optam pelas repetições dos anseios dos dominantes.

Mediante esse caos em que se transformou a construção de hidrelétricas no país, a democracia, resultante da boa parresía, nada mais é do que outra falácia, onde a impotência dos que tentam alguma verdade não permite que sejam atingidos resultados contrários aos interesses econômicos das minorias dominantes. A intimidade e confiança necessárias para que se produza alguma verdade até existe no caso em questão, mas a ironia, a crítica infundada, a simples persuasão, as ofensas e os insultos gratuitos ganham, seguem marcando pontos e liderando o placar das lutas políticas que envolvem os governos e a iniciativa privada de um lado, e as populações ribeirinhas e todos os impactados com as grandes obras de outro.

As opiniões em prol de um melhor posicionando estratégico para o país, a partir da otimização da matriz energética, podem não ser de todo falaciosas, mas representam apenas uma parcela de toda a população. Talvez grande parte dos brasileiros seja beneficiada de alguma forma, mas e quanto aos desvalidos que não têm qualquer interesse preservado ou protegido? Bem, esses não são de grande valia para o mercado e para aqueles que se beneficiam dele, que requerem também a bajulação e a mentira para continuarem no topo. Assim, essa distinta maneira de se dizer verdades – parresía – segue às margens da trama política que perpassa a problemática da geração de energia. Não se desenvolve a autocracia e os governos seguem não tão democráticos quanto se dizem. O sujeito comum não tem vez e mentiras psicagógicas, como bem sinaliza Foucault (2011) acabam por conduzir as práticas nos ambientes onde a luta pela manutenção do poder é mais acirrada.

Talvez os filósofos de hoje fossem os ativistas, os cientistas. Entretanto, a parresía não tem mais espaço na sociedade, ao menos não em grande escala, mas quem sabe ela ainda fun-

cione para as micro revoluções. Se outrora as cidades foram fundadas em sua relação com a verdade, agora, as mesmas seguem em função das mentiras, de algumas retóricas, de más parresias, pela arte da conveniência e da persuasão. Se a retórica não tem o compromisso com a verdade ou com a falsidade dos discursos (Squverer, 2013), ela soa melhor ao cenário dos grandes empreendimentos hidrelétricos do que a parresia, que, embora possa se utilizar da retórica, tem o compromisso unilateral com a verdade. E se ao parresiasta não cabe a discussão, mas o dizer e lançar a verdade (Foucault, 2011), então entendemos que há certa ilusão em considerar qualquer possibilidade de parresia plena no tocante a geração de hidroenergia.

Lembremos que a parresia não está nas estratégias discursivas, nos dizeres sobre as vantagens e desvantagens da hidroeletricidade, mas no risco de pronunciar verdades, sejam elas favoráveis ou contrárias aos ideais proliferados por quem detém o poder de decisão sobre esses empreendimentos. Está na postura política — de coragem — do locutor, que, ao se expor, acata o perigo em prol da liberdade não apenas sua, mas de todo um grupo de impactados pelos projetos hidrelétricos, num jogo onde a verdade, necessária para a condução das almas para o bem comum, é subjugada. As mitigações e minimizações propostas em projetos desse tipo só vêm reforçar a retórica e a incorporação de problemas reais que são desfigurados e transformados em discursos interessados, onde o conhecimento da realidade serve a retórica para inculcar ideologias e dissimular interesses.

A fim de esclarecer alguns pontos do texto que talvez tenham ficado obscuros, são apresentadas a seguir algumas considerações sobre o caminho percorrido até aqui, incluindo o tema energia hidrelétrica e as reflexões propostas.

Conclusão

Não cabe aqui negar que a energia elétrica é de suma importância não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a manutenção da vida moderna. Entretanto, os meios utilizados precisam ser repensados. Primeiro é impor-

tante que haja crítica para que haja movimento. É preciso que os discursos não se limitem mais à retórica. A simples incorporação das opiniões contrárias e das reivindicações sociais em torno dos empreendimentos hidrelétricos não traz respostas nem soluções para os problemas decorrentes das instalações das UHEs. Ao contrário, a apropriação desses discursos só revela o quanto os gestores e demais responsáveis pelas organizações estão aptos para o aproveitamento de tudo que lhes possa resultar em algum obstáculo.

A intenção aqui não é diminuir a importância que a energia elétrica tem para o desenvolvimento do país, nem mesmo fechar os olhos para o fato de que, de alguma forma, quase todos nós nos beneficiamos dela. Não há tanta ingenuidade aqui. Mas é preciso rever alguns conceitos, como a questão do resultado final, que, sendo positivo, faz tudo valer a pena. Será? Pois bem, em primeiro lugar, para quem o resultado é positivo? Quem decide isso? Quem ganha alguma coisa, seja economicamente ou não. Os diretamente atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos não têm tido muitas alternativas. O fato é que vidas são vidas e as organizações e os interesses econômicos não devem prevalecer em relação a isso. Mas não é o que temos visto. E ainda, quando vidas são perdidas em empreendimentos que poderiam ser realizados de outras formas, ou quando se tem outras opções para atingir certos resultados, tirar vidas não é nada menos que assassinato.

Mas o que isso tudo tem de relação com a parresia? Bem, parece que ultrapassamos todos os limites em relação às mentiras e ideologias que perpassam o tema da geração de energia. Então não teria chegado a hora de um pouco de verdade? Não seria importante que mais pessoas se envolvessem no assunto e promovessem reflexões sobre ele? Não seria importante que os pesquisadores e militantes fizessem seus argumentos chegarem a mais ouvidos? Entende-se que sim, esse é o caminho. Falar, e falar como parresistas. Por trás desse texto, não se pretende o caráter científico e muito menos absoluto; só há uma intenção: falar sobre a geração de energia hidrelétrica, narmando algumas de suas características econômicas, técnicas e

ambientais, e propor pensar as discussões que decorrem desse emaranhado de evolução tecnológica, a partir da perspectiva da parresía ou da simples retórica.

É preciso considerar que por trás de discussões ideológicas, como as que envolvem o conceito de energia limpa, há interesses e bajulações. Não se reconhecem, em um discurso como esse, os valores imateriais que perpassam as relações desiguais que emergem dos processos de construção das usinas. Propor que a temática da geração envolvendo as hidrelétricas tem sido tratada com retórica e não com parresía é propor que busquemos por caminhos mais sérios e responsáveis, caminhos da verdade, não como forma absoluta de conhecimento, mas de franqueza. De um certo realismo talvez.

Em aproximadamente seis anos tentando entender a complexidade que envolve a construção de UHEs no Brasil e a geração e distribuição de energia elétrica, foi possível observar que os interesses econômicos têm suprimido as subjetividades dos sujeitos. Há quem diga que os pesquisadores que buscam mostrar a realidade desses empreendimentos são hipócritas, já que criticam esses projetos, mas se beneficiam do conforto que eles possibilitam. Entretanto vejamos, meu conforto não deve legitimar abusos, desmandos e tiranias. Se somos tão avançados e eficazes, se nossas tecnologias são tão incríveis, por que não investir em formas alternativas para a geração de energia? É claro que existem projetos nesse sentido, mas, frente aos investimentos feitos em UHEs, esses investimentos são ínfimos. Fica então a questão: por que custa mais, mata mais e ainda assim é a melhor opção?

Quem sabe um dia seja outra vez possível alguma parresía. Aquela, a que não pertence à discussão, à pedagogia, à retórica ou às artes da demonstração. Que não está nas chamadas estratégias discursivas, que nos permite servir da realidade até para emitir lições, aforismos, réplicas, opiniões ou juízos, mas desde que haja verdadeiramente a parresía e, sem dúvida, o risco de pronunciá-la. Que escapemos às estruturas internas dos discursos ou à sua finalidade, mas atentemos aos locutores, ao risco em dizer a verdade, mesmo sabendo que o ato de

proferi-la representa o encontro com a fúria. Tentemos a parresía, mais saibamos que ela abre um espaço para o risco, um perigo onde se expõe pela liberdade, essa liberdade a qual os parresiastas devem estar dispostos a tudo (SQUVERER, 2013). Lembremos que, conforme nos diz Foucault (2011), a parresía constitui o jogo indispensável da verdade na vida pública, na qual se pode conceber, em condições ideais, a verdade necessária para a condução da alma dos cidadãos para o bem comum. Nela, o saber, as técnicas, as teorias e as práticas contêm não só o conhecimento, mas o exercício da verdade, no qual a retórica não é o principal elemento para se compreender alguns desenvolvimentos essenciais à vida em sociedade.

Referências

- ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. *Revista de Administração Pública*, v. 25, n. 4, p. 53-68, 1991.
- ANTUNES, M. T. P.; MENDONÇA NETO, O. R.; YAYLA, H. E.; OKIMURA, R. T. Conduta ética dos profissionais da Contabilidade no Brasil: a prática da Parrhesia. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 5, n. 3, p. 377-404, 2012.
- BARROS, A. N.; CRUZ, R. C.; XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, G. C. O. Apropriação dos Saberes Administrativos: Um Olhar Alternativo sobre o Desenvolvimento da Área. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 5, art. 55, p. 43-67, 2011.
- COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.
- COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O Solo Epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.
- DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, p. 133-155, 2013.
- ELETROBRÁS. Na trilha da energia. 2015a. Disponível em <<http://www.eletronbras.com/elb/natrilhadaenergia/main.asp?View=%7BC188A694-4A68-4B73-9C60-2BB973B056D2%7D>> Acessado em 27 de maio de 2015.
- ELETROBRÁS. Como a energia é gerada no Brasil. Na trilha da energia. 2015b. Disponível em <<http://www.eletronbras.com/elb/natrilhadaenergia/energia-eletrica/main.asp?View={61D475A6-BBFC-41CE-98E3-2BA4FD90DB2F}>> Acessado em 27 de maio de 2015.
- FOUCAULT, M. O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GONÇALVES, D. M.; SANTOS, L. M. L. D.; CAPELARI, M. G. Relações de poder na economia solidária: um caso de autogestão em

Londrina, Paraná, Brasil. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 10, n. 1, p. 1-17, 2012.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. WEO Special Section on Brazil (2013). 2013. Disponível em <<https://www.iea.org/countries/non-membercountries/brazil/2013>> Acessado em 27 de maio de 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Energy Atlas. Energy Indicators. Overall Energy Self-sufficiency. 2014a. Disponível em <<http://energyatlas.iea.org/?subject=-297203538>> Acessado em 27 de maio de 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Key World Energy Statistics. Paris: IEA, 2014b.

MAGALHÃES, L. C. A. Energia hidrelétrica. Revista de Administração Pública, v. 12, n. 4, p. 17-55, 1978.

MASSOLI, E. C.; BORGES, F. Q. Análise das externalidades geradas pela usina hidrelétrica de estreito (MA) e o processo de desenvolvimento. Desenvolvimento em questão. V. 12, n. 28, p. 251-278, 2014.

MOREIRA, H. M.; GIOMETTI, A. B. R. O Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no mecanismo de desenvolvimento limpo por meio de projetos em energia limpa. Contexto Internacional, v. 30, n. 1, p. 9-47, 2008.

PAIM, N. A. O Google é meu pastor e nada me faltará: a poderosa cibervigilância advinda da Internet. Reuna, v. 18, n. 3, p. 57-74, 2013.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M. Novos padrões de migração entre agricultores familiares reassentados do Alto Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n. 1, p. 62-76, 2014.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. Cadernos EBAPE.BR, v. 11, n. 1, p. 104-127, 2013.

SANTOS, R. I. Atores sociais e gestão participativa em um território em movimento: o caso de Vitória do Xingu (PA). Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 2, n. 1, p. 23-43, 2013.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M. A Constructionist Approach for the Study of Strategy as Social Practice. *Brazilian Administration Review*, v. 9, n. spe, p. 1-18, 2012.

SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)Produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.

SQUVERER, A. A castração e seus efeitos estilísticos: da parresiafoucaultiana a uma postura psicanalítica. *Ágora*. v. 16, n. 2, p. 313-323, 2013.

STASSUN, C. C. S.; PRADO FILHO, K. Geoprocessamento como prática biopolítica no governo municipal. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 6, p. 1649-1669, 2012.

SUASSUNA, C. C. A. Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 2, n. 1, p. 48-61, 2007.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 71, p. 643-660, 2014.

-WALTER, B. E. P.; WINKLER, C. A. G.; CRUBELLATE, J. M. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 1, p. 16-29, 2013.